

NEWSLETTER SPCE

Publicação semestral
Nº 6, julho-dezembro de 2015
ISBN 2182-9195



EDITORIAL: VINTE E CINCO ANOS DE UMA COMUNIDADE
CIENTÍFICA E PROFISSIONAL

SESSÃO COMEMORATIVA DOS 25 ANOS DA SPCE

HOMENAGEM A RUI SANTIAGO
(*IN MEMORIAM*)

TERTÚLIA: PARA QUE SERVEM AS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO?

PRÉMIO SPCE/DE FACTO EDITORES 2014

MENÇÃO HONROSA

ÉTICA NA INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

INVESTIGAR COM ÉTICA

GRUPO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO COLONIAL
E PÓS-COLONIAL

GRUPO DE REFLEXÃO E INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE

OUTRAS REFLEXÕES E QUESTIONAMENTOS EM EDUCAÇÃO

XIII CONGRESSO SPCE

SEMINÁRIO AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS

OUTROS EVENTOS

ENCONTRO CIENTISTAS 2015

SPCE (1990-2015): VINTE E CINCO ANOS DE UMA COMUNIDADE CIENTÍFICA E PROFISSIONAL



Refletir sobre a relevância e o funcionamento de uma comunidade científica e profissional, como a SPCE, significa reconhecer e valorizar os eixos de identidade que, sustentando uma inscrição histórica consequente, permitem imaginar, pensar e construir o futuro. Foi este, justamente, o espírito que assinalou a celebração dos 25 anos de existência da nossa Sociedade, uma celebração marcada pelo encontro entre gerações, pelo tributo a nomes de referência, pela comemoração festiva, pela partilha de conhecimento, pelo debate de ideias e pela apresentação de novas propostas e projetos. Com particular acuidade hoje, num tempo ensombrado por visões utilitaristas e individualistas, próprias de culturas académicas e profissionais excessivamente performativas, importa continuar a perspetivar o sentido de adesão à SPCE num quadro de responsabilidades amplo e criticamente fundado. A comunidade científico-educacional portuguesa precisa, com efeito, de dinâmicas de construção plural e solidária, a partir das quais seja possível defender o prestígio das Ciências da Educação e o reconhecimento da sua importância no seio de sociedades cada vez mais justas e democráticas. Destacamos neste contexto a aprovação da Carta Ética da SPCE, enquanto instrumento de regulação ético-deontológica de uma associação científica,

técnica e profissional empenhada em promover e defender a qualidade da investigação, da publicação e do ensino. Reconhece-se assim que a afirmação de princípios de atuação comuns constitui condição necessária, ainda

que não suficiente, para a valorização da pluralidade e diversidade constitutivas das Ciências da Educação. É importante notar que, concebida numa lógica de regulação assente no primado da reflexividade prática, esta primeira versão da Carta Ética da SPCE pretende funcionar, acima de tudo, como um quadro de referência para um trabalho continuado de reflexão, debate e decisão, desejavelmente protagonizado por cada um dos associados. Na verdade, a participação empenhada de todos é crucial no processo de implementação, divulgação, discussão e melhoria da Carta Ética, de modo a que, em conjunto, possamos continuar a imaginar, a pensar e a construir o futuro das Ciências da Educação.

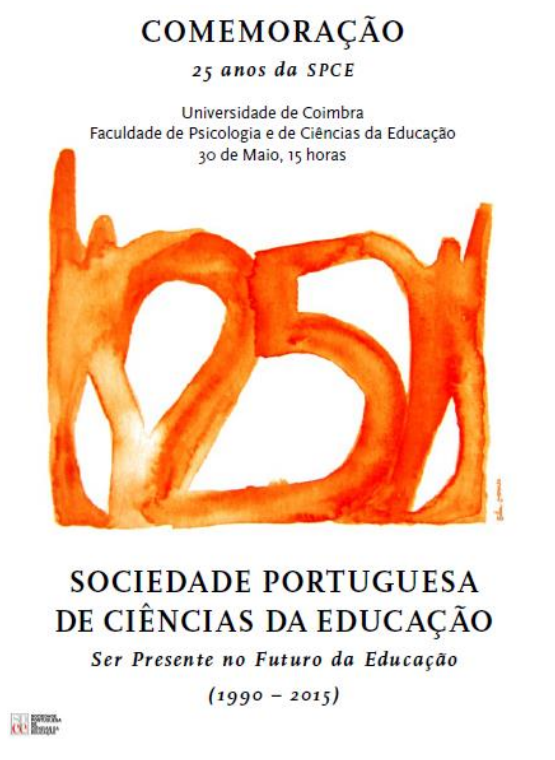
Isabel Baptista
Universidade Católica do Porto
Membro da SPCE



(Medalha comemorativa do 25º aniversário da SPCE)

CENTRO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA SPCE-RUI GRÁCIO

Uma decisão importante que marcará o ano de 2015 em que comemorámos o 25º aniversário da SPCE.



(Mesa de abertura)



(Mesa-Redonda)

PROGRAMA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO 25º ANIVERSÁRIO DA SPCE

15:00 – Abertura

Representante da Exma. Senhora Diretora da FPCE da Universidade de Coimbra, Presidentes dos Órgãos Sociais da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Representante da Comissão Organizadora das Comemorações

15:30 – Mesa-Redonda “Imaginar o Futuro das Ciências da Educação”

Cármem Cavaco
Luís Miguel Carvalho
Pedro Abrantes
Leonor L. Torres (Moderadora)

16:30 – Momento Musical

17:00 – Homenagem a Bártolo Paiva Campos, Maria Teresa Estrela e Agostinho Ribeiro e entrega dos respetivos diplomas de sócios honorários

Apresentação dos homenageados

Isabel Menezes
João Amado
Amélia Lopes
Rosanna Barros (Moderadora)

18:00 – Porto de Honra



(Momento Musical com a Canção de Coimbra)



(Panorâmica geral da sessão comemorativa)



(Momento de homenagem)



“Gostaria de manifestar o meu reconhecimento pela vossa iniciativa que muito me honra e sensibiliza. Tive muito prazer em estar presente na celebração dos 25 anos da SPCE e verificar com agrado a presença de sócios de várias gerações o que permite encarar o futuro da SPCE com esperança. Como disse, a SPCE ocupa um lugar imprescindível na união de esforços para defesa de melhores condições para a produção de conhecimento científico de qualidade que a educação e a aprendizagem em Portugal merecem. O mesmo se diga do impacto da investigação na formação dos mais variados profissionais da educação”.

(Depoimento do Prof. Bárto Paiva Campos a propósito da homenagem)



“Mas eu é que devo estar (e estou) agradecido pela distinção, bem acima dos meus merecimentos”.

(Depoimento do Prof. Agostinho Ribeiro a propósito da homenagem)



“Tem sido gratificante para mim e inesperado o apreço que os colegas me têm manifestado e só posso agradecer a generosidade”.

(Depoimento da Profª. Maria Teresa Estrela a propósito da homenagem)

NO OUTONO É SEMPRE CEDO...

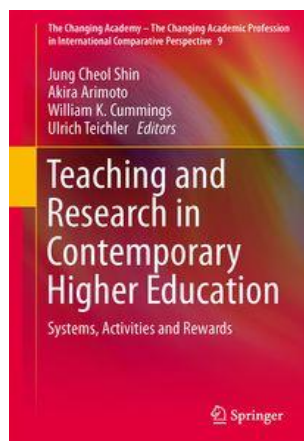
Ao Rui Santiago

O Rui Santiago foi um professor universitário prestigiado e um investigador reconhecido no campo das políticas de ensino superior, mas passou ao longo da sua carreira académica por outras áreas e objetos de estudo. Era um colega de uma humanidade e simplicidade cativantes e invulgares, ao mesmo tempo erudito e popular, de convicções fortes e de abertura ao diálogo. O seu mundo era construído de vivências várias e tinha um jeito muito próprio de saber estar com os outros: desde as aldeias da raia beirã (onde sempre prometemos encontrar-nos) aos congressos na cidade de Roma, de que tanto gostava, passando pelos rituais académicos, sem qualquer ortodoxia. Era fácil saber dele em muitos lugares, algures entre o Brasil e Timor. Era notório o seu gosto de cruzar fronteiras, de convocar conhecimentos de várias áreas, da antropologia, à sociologia e à ciência política. Viveu na França, tendo feito a licenciatura e a pós-graduação na Universidade de Paris X. Mais tarde, doutorou-se em Ciências da Educação na Universidade de Aveiro. Conheci-o nos finais dos anos oitenta quando ele era docente da Escola Superior de Educação de Leiria. Recentemente, tinha deixado a direção do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, da Universidade de Aveiro, depois de realizado um excelente trabalho. Foi desde a primeira hora um entusiasta da criação da SPCE e não quis faltar à comemoração do seu 25º aniversário. Participou no I Congresso e publicou nas respetivas atas. Quando o convidei para integrar a direção da SPCE, eu sabia que ele iria ser um elo fundamental. Era a pessoa certa para construir pontes com outros campos científicos, nomeadamente com as ciências sociais e humanas. Foi esse um dos seus pelouros enquanto Vice-Presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Devemos-lhe muitas ideias, muitos incentivos, muitas realizações partilhadas, muitos momentos de convívio, e o privilégio de o termos tido em muitos momentos decisivos neste projeto coletivo.

Almerindo Janela Afonso
(Presidente da SPCE)



Rui Santiago no dia da tomada de posse para o segundo mandato como Vice-Presidente da SPCE. Porto, outubro de 2014.



Em parceria com diferentes colegas, Rui Santiago publicou em prestigiadas revistas académicas, entre outras, *Higher Education*, *Minerva*, *Higher Education Quarterly*, *Higher Education Policy* e *Análise Social*. Um dos últimos trabalhos em que partilhou a autoria foi publicado no livro *TEACHING AND RESEARCH IN CONTEMPORARY HIGHER EDUCATION: SYSTEMS, ACTIVITIES AND REWARDS*, editado pela Springer e considerado o melhor livro de 2015 na área dos estudos comparados em ensino superior.

PARA ALÉM DO ACADÉMICO, UM EXTRAORDINÁRIO SER HUMANO

O Rui Santiago foi meu orientador, colega e, sobretudo, amigo. Os três papéis eram, para ele, indissociáveis. Qualquer um dos muitos alunos que teve a sorte de com ele se cruzar é um testemunho da forma única, extraordinariamente empenhada e interessada como nos apoiava e orientava. A porta do seu gabinete estava sempre aberta e sabíamos que estava sempre lá para nos receber. Considero-me a maior das privilegiadas por ter podido partilhar uma parte importante do meu caminho com ele. Ensinou-me muito, ensinou-me tudo, o essencial do que é a vida e de como a podemos viver. Sobretudo como é possível estar nesta profissão sem nunca perder valores fundamentais como a justiça, a honestidade e a dignidade. O Rui era um humanista. Era um homem maior do que a profissão que assumia inteiramente, tinha uma enorme simplicidade, serenidade, honestidade e extraordinária inteligência. Partiu como viveu sempre. A lutar, na maior batalha da sua vida, de uma forma firme, determinada mas serena e tranquila e com uma enorme dignidade. O seu exemplo não será esquecido. Era um extraordinário ser humano que viverá para sempre nas memórias que guardamos dos pequenos e dos grandes gestos, das insignificantes e das enormes batalhas.

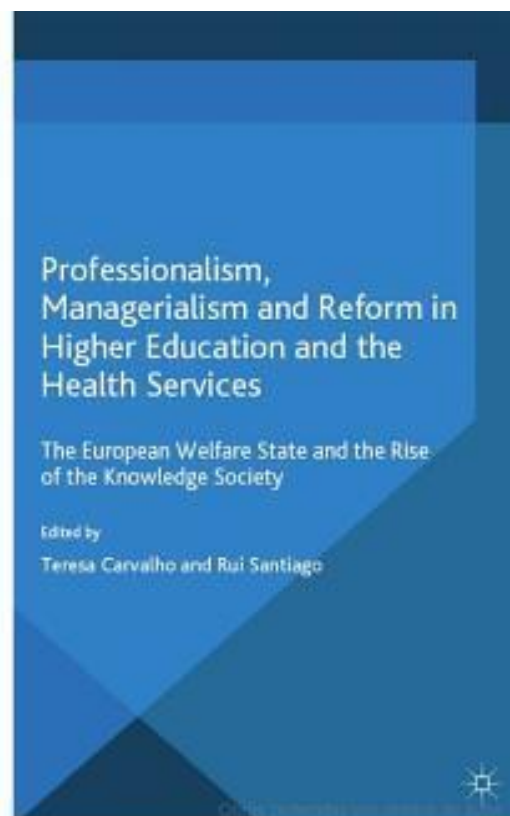
Teresa Carvalho
Professora da Universidade de Aveiro
Membro da SPCE

ACADÉMICO, INTELLECTUAL COMPROMETIDO E AMIGO

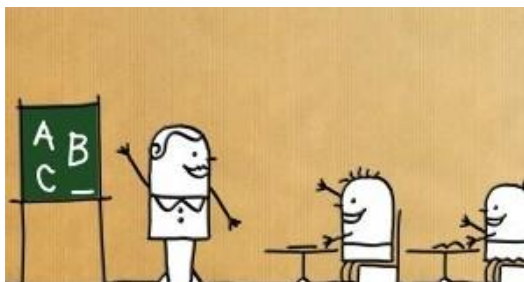
Em novembro de 2015, o Rui Santiago, inesperadamente, partiu. Lembrá-lo como académico, intelectual comprometido e como amigo é mantê-lo entre nós. Desde o final dos anos 1990, convivi muito proximamente com ele nessas três dimensões da sua, e da nossa, vida, sobretudo no âmbito das nossas atividades no CIPES. Como académico, ele viveu intensamente a educação superior na ligação estreita entre ensinar-investigar-aprender, o que fez, e faz, dele uma referência

para todos nós. Como intelectual comprometido com a educação pública, com a democratização do ensino e com a incansável resistência ao *There is No Alternative* à narrativa do mercado e à assunção dos modelos empresariais como única via para a reforma das instituições públicas – para só mencionar estas dimensões do seu trabalho –, o Rui Santiago, com a discrição dos determinados, deixou uma obra reconhecida nacional e internacionalmente. Como amigo, o Rui deixa-nos também muito sós. Recordo aqui um final da tarde, no Douro, em que o vi, e senti, emocionar-se perante a paisagem. Era assim, numa mistura muito subtil entre a racionalidade agudamente crítica e uma emocionalidade assumida, que o Rui nos dava o prazer de ser quem era.

António M. Magalhães
Centro de Investigação de Políticas do Ensino
Superior- CIPES
FPCE Universidade do Porto
Membro da SPCE



PARA QUE SERVEM AS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO?



No passado dia 17 de dezembro de 2015, por iniciativa do Grupo «Inquietações Pedagógicas» (que mantém, há anos, um importante espaço quinzenal no Suplemento de Educação do JL- Jornal de Letras, Artes e Ideias) e com a colaboração da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, realizou-se mais uma tertúlia na Escola Superior de Educação de Lisboa, com a presença de muitos colegas, entre quais estavam muitos associados e associadas da SPCE.



Intervieram o presidente da SPCE, prof. Almerindo J. Afonso, a jornalista-editora do Diário Económico, dra. Madalena Queirós, e o investigador e docente da ESE de Setúbal, prof. Jorge Pinto, num painel coordenado pela profª Maria Emília Brederode Santos.

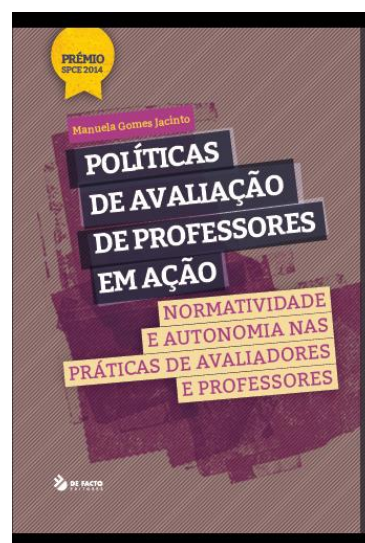


Entre outros tópicos e aspetos da sua intervenção, o Presidente da SPCE salientou que “O impacto das Ciências da Educação é demonstrável e os conhecimentos validados e

acumulados pelas Ciências da Educação a nível mundial constituem um património científico, cultural, ético e metodológico imenso. Por isso, as críticas às CE são muitas vezes expressão de má-fé e de ignorância”

PRÉMIO SPCE/DE FACTO EDITORES 2014

Em conformidade com o artigo 7º, alínea h, dos Estatutos da SPCE, foi aberto concurso público referente ao Prémio SPCE/DE FACTO EDITORES 2014, cujo júri foi constituído pelos(as) professores(as) doutores(as) Ana Maria Seixas (Presidente), Fátima Antunes, João Amado, João Arriscado Nunes, Luís Rotheres, Maria do Céu Roldão e Maria Manuela Esteves. Por unanimidade, foi atribuído o Prémio à obra de Manuela Gomes Jacinto, intitulada *Políticas de Avaliação de Professores em Ação*. O livro, agora publicado, incluiu também um interessante prefácio da Profª Fátima Chorão Sanches, nossa associada.



MENÇÃO HONROSA

Ao abrigo do artigo 3º, alínea k, dos mesmos Estatutos, o júri atribuiu ainda uma MENÇÃO HONROSA ao trabalho intitulado *A Participação Cívica e Política: Uma proposta de organização das perspetivas teóricas no campo*, da autoria de NORBERTO DE SOUSA RIBEIRO, considerando “a relevância socioeducativa e académica do trabalho e a consistência da abordagem teórico-concetual da proposta que desenvolve”.

ÉTICA NA INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A SPCE tem, desde Setembro de 2014, uma Carta Ética em que se expressam um conjunto de princípios orientadores da investigação em Ciências da Educação, nomeadamente o respeito pelos direitos humanos, pelos direitos democráticos e pelos princípios da ciência. Estes princípios, consensualizados no processo que culminou com a aprovação em Assembleia Geral da Sociedade, constituem, como se diz no início da Carta, elemento fundamental que “favorece o processo de construção identitária da comunidade científico-educacional portuguesa, contribuindo decisivamente para a sua credibilização pública”. No entanto, não é suficiente a afirmação de princípios éticos comuns. Daí que a mesma Carta Ética assuma como um dos seus objetivos, quanto aos investigadores, “promover o desenvolvimento de aptidões de reflexividade ética e de deliberação prática” na relação com todos os intervenientes na investigação. Com efeito, o investigador em Ciências da Educação não é, enquanto tal, um especialista em questões éticas. No entanto, o seu campo de trabalho está continuamente atravessado por tomadas de decisão com relevância ética. A Educação, ela própria um direito humano fundamental e fonte de direitos, não é, em termos éticos, um campo neutro. Assim, qualquer que seja a sua perspectiva de análise, o investigador em Ciências da Educação coloca-se sempre face a outros seres humanos (participantes, comunidade de investigadores, promotores da investigação, comunidades, sociedade em geral, para além dos estudantes e profissionais da educação). Fá-lo com as suas opções éticas pessoais e com as circunstâncias que a problemática em estudo e a metodologia pela qual optou lhe colocam, mas não pode deixar de atender aos direitos dos intervenientes nem às suas responsabilidades como trabalhador do saber educacional. Se toma como objeto a escola, a turma, o grupo profissional a que chama seus, como poderá escapar a conflitos de interesses? Os participantes – que o conhecem – como veem garantido o seu direito à confidencialidade e ao anonimato? Que precauções toma para a sua interpretação não extrapolar os dados objetivos? Mas, por outro lado, se é um estranho face à comunidade que investiga, que meios usa para conquistar a confiança e a colaboração dos participantes? Que precauções toma para não se enganar nem se deixar enganar?

Em particular, quando investiga populações especialmente vulneráveis – como são as crianças, pessoas com deficiência, idosos, grupos com comportamentos marginais – como concretiza a sua “intenção de benefício”? Até que ponto expor tais vulnerabilidades não é arriscar-se a agravá-las? E, por outro lado, será possível investigar cuidando, sem, ao mesmo tempo, se deixar contagiar pela marginalidade?

A ética na investigação em Ciências da Educação não é redutível a códigos ou normas, nem sequer a um conjunto de princípios comuns à comunidade de investigadores, mas concretiza-se no compromisso situado de cada investigador. Assim, a sua competência não se resume às dimensões teórica e metodológica, mas exige a dimensão ética que o faz interrogar-se:

- Nesta circunstância, que tenho de fazer por respeito por mim mesmo?
- O que tenho de fazer por respeito a este outro – meu colega, meu aluno, estagiário, colaborador, sujeito desconhecido? O que é que lhe é devido? O que é que eu exigiria para mim se estivesse no seu lugar?
- Que consequências tem para ele, para a sua vida concreta, o estudo que me entusiasma? Medi bem os riscos que ele corre antes de lho propor? Que posso fazer para os evitar? Que devo fazer para os minorar?
- Que é que me move no desenho desta investigação? O meu CV – mais um *paper*, mais uma conferência – ou os benefícios para esta comunidade, para estes sujeitos, para o avanço da ciência? Que é que vem primeiro?

Seja este um investimento constante na formação dos estudantes de Ciências da Educação e de todos os profissionais desta área. Seja este o esforço de “vida examinada” dos investigadores educacionais.

Maria da Conceição Azevedo
(Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro,
Membro da SPCE)

Revista Investigar em Educação, 2ª série, nº 4, 2015

Temática: Infância(s), Educação e Sociedade. Organização e Editorial: Catarina Tomás e Gabriela Portugal

INVESTIGAR COM ÉTICA: UM IMPERATIVO, UM DESAFIO

De vez em quando, chegam ao conhecimento geral casos de má conduta na investigação que chocam a opinião pública e concentram grande atenção mediática. Não se conhece exatamente a extensão de tais casos, mas na comunidade científica há a sensação geral de que representam apenas uma pequena parte das práticas inadequadas efetivamente existentes no mundo da investigação. A má conduta neste domínio, sob a forma da fabricação, da falsificação ou do plágio, pode ser concretizada de forma consciente ou não intencional, mas, independentemente da sua origem, os seus efeitos podem ser devastadores, não só para o próprio investigador (que vê questionada publicamente a sua integridade), como para os outros investigadores (presentes e futuros, pois uma má prática pode, por exemplo, comprometer o acesso a fontes de informação essenciais) e o próprio campo da investigação como um todo, cuja credibilidade pode ficar seriamente afetada. Várias práticas de investigação, tidas como aceitáveis num passado não muito longínquo (tais como ocultar informação dos participantes sobre o estudo em que estão envolvidos, sujeitá-los a experiências negativas sem o seu consentimento adequado ou recolher informação clandestinamente), são hoje consideradas eticamente reprováveis e levam muitos indivíduos e entidades a levantar questões como: será legítimo sujeitar participantes a experiências cujo benefício direto só favorece outras pessoas? Poderá um investigador expor publicamente informação tão detalhada que se torne possível identificar indiretamente as suas fontes? Será adequado alegar-se a autoria exclusiva ou parcial de trabalhos científicos cuja elaboração decorreu principal ou unicamente do esforço de outras pessoas? Estas e muitas outras interrogações colocam em relevo a centralidade da dimensão ética da atividade investigativa, uma dimensão tantas vezes deixada no campo do implícito, do não declarado, por vezes do irrefletido ou mesmo do ocultado. Atualmente, as sociedades e instituições científicas mais destacadas no mundo da ciência possuem os seus próprios códigos de ética, uma tendência contemporânea a que a SPCE se associou

recentemente, ao aprovar a sua Carta Ética. Estes códigos focam áreas tais como as responsabilidades de quem investiga para com o campo onde trabalha, o modo de lidar com as pessoas e as populações estudadas, a propriedade intelectual, o patrocínio e as utilizações da pesquisa, e o tipo de relacionamento que os investigadores estabelecem com os seus estudantes e orientandos. Ao nível do relacionamento com as pessoas, organizações e comunidades, são colocados em relevo aspetos como, a título de exemplo, a obtenção do consentimento informado, a explicitação e proteção dos direitos dos participantes, a forma de proteger os grupos vulneráveis (incluindo as crianças), o modo de lidar com os incentivos à participação na investigação, a proteção da privacidade e da confidencialidade e a explicitação dos riscos inerentes à referida participação. Tais códigos são absolutamente essenciais, não só como testemunho da relevância dada pelas referidas entidades às questões éticas, mas também e, sobretudo, enquanto quadro orientador para a conceção e desenvolvimento de práticas de investigação mais adequadas. Contudo, em última análise, nada substitui o juízo ético individual de quem investiga, pois os códigos apenas traçam um quadro geral e não podem, nem pretendem, resolver as situações específicas com que o investigador se confronta no decurso da sua atividade quotidiana. É por esta razão que, não obstante todos os desenvolvimentos referidos anteriormente, permanece válida a afirmação de Einstein: “A maioria das pessoas diz que é o intelecto que faz um grande cientista. Elas estão erradas: é o carácter.”

Jorge Ávila de Lima
(Universidade dos Açores, Membro da SPCE)



SABIA QUE ...

GRUPO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO COLONIAL E PÓS-COLONIAL

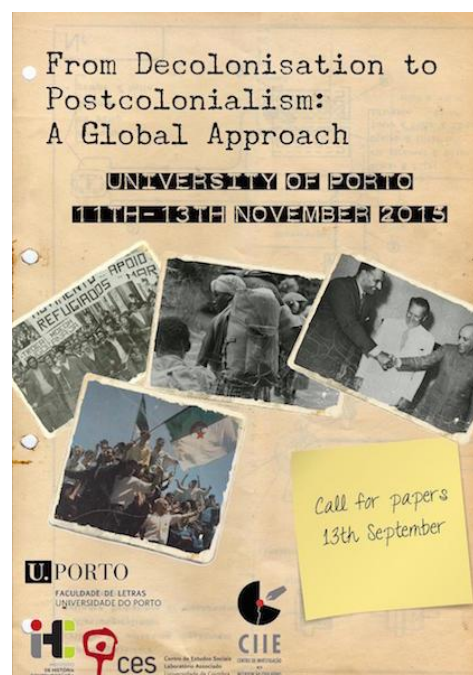
O Grupo de Estudos em Educação Colonial e Pós-Colonial constitui um dos quatro ramos da Secção de Educação Comparada da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Este Grupo de Estudos propõe a abordagem do colonialismo e pós-colonialismo numa perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar de forma a contribuir para o enriquecimento epistemológico das ciências sociais. Esta problemática carece ainda de uma prática investigativa e reflexiva que cruze os *olhares* da História, da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia, da Religião, da Psicologia, da Literatura e das Ciências Políticas. Com estes estudos queremos explorar diferentes tradições teóricas, conceptuais e metodológicas promovendo dinâmicas que visem o encontro dos povos e das culturas, de modo a afirmar identidades num mundo cada vez mais marcado pelo fenómeno da globalização. Assim, pretende-se a cooperação da comunidade académica e científica no âmbito dos estudos comparados da educação colonial e pós-colonial. Nesta linha de preocupação, queremos destacar a relação entre discurso, subjetivação e dominação. Importa compreender: como se silenciam discursos; como se legitimam certos discursos e como eles se apropriam de nós. Neste sentido, tem particular interesse perceber como todos nós, através das práticas e rituais escolares, colaboramos no silenciamento e/ou ativação de certos discursos. Deste modo lançamos as seguintes perguntas: Quais os discursos mais sedutores, os reprimidos e os marginalizados? Que diferenças se querem imprimir? Que identidades se pretendem construir? No fundo, trata-se de perceber como se constrói o normal e o patológico. Todos nós, nos diferentes papéis que desempenhamos, fazemos parte desta engrenagem, através da qual as relações de poder dão lugar a um saber. Na linha de Foucault, interessa-nos compreender a relação entre o poder e as transformações históricas e como se torna possível o governo dos cidadãos. As questões

do poder e da análise do discurso interligam os problemas coloniais e os da história da educação. Diremos que a análise do discurso colonial nos permite compreender como as diferentes relações de poder inscrevem as suas visões de dominância-sujeição, ou, dito de outro modo, de colonizador-colonizado. Precisamos de investigar a cultura colonial de modo a podermos reescrever a história, dando voz ao que foi silenciado.

As linhas de investigação que o Grupo de Estudos em Educação Colonial e Pós-Colonial convida à vossa participação são as seguintes:

1. O corpo como narrativa identitária e diferenciação social em contexto colonial e/ou pós-colonial.
2. Histórias de vida: protagonistas da educação colonial e/ou pós-colonial.
3. Espaços de formação, rituais e memórias educativas em contexto colonial e/ou pós-colonial.
4. Ser Professor no regime colonial e/ou pós-colonial.
5. Políticas educativas e aprendizagens escolares no colonialismo e/ou pós-colonialismo.

José Gregório Viegas Brás
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologia, Membro da SPCE)



(Congresso recente em que participaram, na organização e com comunicações, diversos membros da SPCE)

[Este GRI (Grupo de Reflexão e Investigação), o primeiro criado no âmbito da SPCE depois na revisão dos seus Estatutos], propõe-se investigar a educação em saúde no que respeita a doenças crónicas, focalizando numa perspectiva epistemológica holista. [...] Apresentamos a seguir o número das atividades de formação desenvolvidas no âmbito do GRI, bem como as publicações e comunicações em congressos e reuniões científicas realizadas pelos seus membros dentro da temática em apreço (2013-2014): Seis atividades de formação, de variado formato, dirigidas a educadores, com incidência na dor, no sofrimento (em especial no luto) e na inclusão de crianças com deficiência; dois capítulos de livros, incidindo na formação humanística de médicos e de conceptualização fundamentadora da educação e promoção em saúde; seis artigos científicos em revistas *peer review*, 3 em Portugal e outros tantos no estrangeiro, incidindo sobretudo na formação formal, não formal e informal de educadores em saúde; três resenhas de obras atuais sobre a temática do grupo; oito publicações em atas e livros de resumos, incidindo na vertente histórica do GRI; dezasseis comunicações em congressos e reuniões científicas, em Portugal e no estrangeiro, em congressos nacionais e internacionais; orientação científica de duas teses de mestrado ligadas à temática do GRI (já defendidas com sucesso).

Clara Costa Oliveira
Universidade do Minho, Coordenadora do
GRI



(Um dos cursos promovido recentemente pelo GRI)

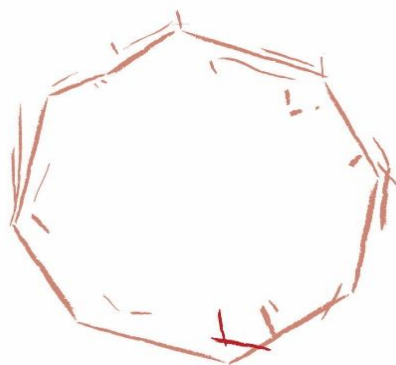
Quis custodiet ipsos custodes?

2015 termina, em termos de educação, com a exigência a todos os professores dos ensinos básico e secundário da entrega nas suas escolas de um registo criminal que comprove a sua aptidão para o exercício de funções que envolvam contacto regular com menores. Tal obrigação vinha sendo exigida, desde 2009, no “recrutamento para profissões, empregos, funções ou atividades, públicas ou privadas”(cf. Lei nº 113/2009, de 17 de setembro, art.º 2º, 1, que “Estabelece medidas de proteção de menores, em cumprimento do artigo 5º da Convenção do Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças”). A Lei nº 103/2015, vem, porém, alterar aquela aditando-lhe um ponto que obriga a que tal quesito seja anual certificando a continuidade da “idoneidade para o exercício das funções”. Não me permito aceitar que o legislador tenha tido em mente um estratagema legal que leve a arrecadar uns milhões para o Estado. Por um lado, porque estaríamos a falar de, apesar de tudo, tostões na enorme dívida nacional e, sobretudo, porque tal atitude estaria eivada de uma torpeza que me recuso terminantemente a considerar possível. A razão – é minha convicção e a lei di-lo explicitamente – pretende salvaguardar o abuso sexual de crianças e jovens. Mas nas funções e atividades, remuneradas ou não, que envolvam “contacto regular com menores” estão em causa muito mais do que “profissionais”. Que fazer relativamente a todos aqueles que diariamente contactam com os nossos menores? Falo, em particular, de todos os membros da família, tanto nuclear como alargada. Sólida investigação académica demonstra inequivocamente que a maior parte dos crimes de abuso sexual contra menores ocorre no seio familiar. Mas, para além disso, um menor está à mercê de qualquer contacto em qualquer local público (rua, jardim, supermercado, centro comercial...). Falo aqui de toda a população

adulta portuguesa. Por que razão é que um professor ou, entenda-se por todos, um motorista de transporte público será potencialmente mais preocupante que qualquer outra pessoa? Há, no entanto, mais. No que é pedido com um caráter anual encontra-se presente – e salvo melhor opinião – uma total negação da presunção de inocência (cf. CRP art.º 32º, 2) e completa e ilegal inversão do ónus da prova (cf. CC art.º 342º). Ou seja, o cidadão não é – tal como a Lei estatui – inocente até prova em contrário, mas, sim, um presumível abusador sexual de crianças obrigado a, anualmente, provar a sua inocência através da apresentação do seu registo criminal que ateste que no que “envolve contacto regular com menores” “nada consta acerca da pessoa acima identificada”. E termino. Se os professores e todos os que contactam regularmente com menores devem fazer prova da sua honorabilidade para tal, não deverão, por maioria de razão e em nome de uma total transparência, fazer prova do mesmo todos os responsáveis pelas políticas educativas bem como aqueles que de acordo com o Direito zelam pela salvaguarda do bem-estar social dos mesmos menores? Falo dos responsáveis do Ministério da Educação e dos atuais sete serviços da administração direta do Estado. Refiro-me ainda a Magistrados Judiciais, sobretudo da área do direito de família e menores. Não deverão os seus registos criminais ser do conhecimento público, nomeadamente através de publicitação nos locais para o efeito existentes? O meu registo criminal foi entregue, a quem de direito, no prazo legal. Dentro de um ano voltarei a fazer o mesmo. E por aí fora. Mas, que se passa com todos os que a tal me obrigam? Lembro as *Sátiras* de Juvenal e a sua proverbial pergunta: *Sed quis custodiet ipsos custodes?* (*Sátira VI*, linha 347). Sim, mas com tudo isto, quem controla os que insistem em nos controlar?

Joaquim Almeida Santos
(Professor do Ensino Secundário, Membro da SPCE)

XIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação



O XIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação realizar-se-á de 7 a 9 de outubro de 2016 na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu. Sob a temática Fronteiras, Diálogos e Transições, pretende proporcionar um espaço de encontro, debate e reflexão no âmbito das Ciências de Educação, no esteio da missão e objetivos da SPCE. A tríade temática que orienta os trabalhos contém conceitos que encerram vários entendimentos e cargas teóricas em Educação. Nas várias esferas em que vivemos, agimos, educamos e investigamos, as fronteiras reforçam a atribuição de significados a similitudes e diferenças, tanto enquanto espaços de separação como de interação. Nesta perspetiva, as fronteiras assumem-se como lugares de encontro e negociação, de diálogo e de oportunidades de construção de novo conhecimento. As transições, muitas vezes chamadas para dar sentido a processos educativos, permitem-nos orientar os diálogos para o desiderato da transformação do atual e do presente. A discussão destes três conceitos, fronteiras, diálogos e transições, ligados e em interação, ajudam a entender as mudanças em que participamos: o papel atribuído às Ciências Sociais e Humanidades no panorama de investigação europeia; respostas dos sistemas educativos e sociais aos desafios da inclusão; os projetos de vida e as conceções de mundo de gerações educadas sob a égide da austeridade e da crise. Lança-se o desafio de estender esta problematização aos vários eixos temáticos propostos para o XIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Cristina Azevedo Gomes
(Instituto Politécnico de Viseu, Presidente da Comissão Organizadora, Membro da SPCE)

SEMINÁRIO AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS: PERSPETIVAS EM CONFRONTO



No âmbito das Comemorações dos 25 anos de existência da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no dia 12 de junho em Vila Real, promoveu, em parceria com a SPCE, o Seminário *Avaliação Externa de Escolas: Perspetivas em Confronto*. Para além da conferência de abertura proferida pelo presidente da SPCE, destacou-se a participação nas diferentes mesas redondas da Prof^ª. Leonor Torres e dos Profs. Carlos Ferreira, Henrique Ferreira e José Carlos Morgado, bem como das Diretoras Dina Anjos Santos (Agrupamento de Escolas de Amarante), Irene Ermida (Agrupamento de Escolas Miguel Torga) e dos Diretores Alcides Sarmiento (Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira) e José Alexandre Sá Pacheco (Agrupamento de Escolas de Murça).

Maria João de Carvalho
(Docente da UTAD e Membro da Direção SPCE)

OUTROS CONGRESSOS E EVENTOS

ECER 2016 "Leading Education: The Distinct Contributions of Educational Research and Researchers"

Dublin, 23 a 26 de agosto de 2016

<http://www.eera-ecer.de/ecer-2016-dublin/>



Conferência Internacional "A educação comparada para além dos números – contextos locais, realidades nacionais e processos transnacionais", organizada pela Secção de Educação Comparada da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Lisboa, 25, 26 e 27 janeiro 2016.
<http://www.spce-conference2016.pt/>

XXIII Colóquio da A AFIRSE – "As pedagogias na sociedade contemporânea: desafios às escolas e aos educadores". Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa, 28, 29 e 30 de janeiro de 2016

<http://afirse.ie.ul.pt/coloquios/xxiii-coloquio-2016/inscricao/>



5º Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação Universidade de São Paulo.

S. Paulo, 21 e 23 de abril de 2016

<http://www.vcoloquiolusobrasileirosociologiadaeducacao.com/>

VII Congresso Mundial de Estilos de Aprendizagem – CMEA

Instituto Politécnico de Bragança

Bragança, 4 a 6 de julho de 2016

<http://www.cmea.ipb.pt/indexpt.html>

III Simpósio Luso-Brasileiro em Estudos da Criança «Travessias e Travessuras nos Estudos da Criança». Universidade do Porto/FPCE. Porto, 19 e 20 de julho de 2016

<http://estudosdacrianca3.pt/>



No dia 2 de junho de 2015, em Lisboa, realizou-se o *Encontro de Cientistas 2015*, impulsionado inicialmente pela Associação Portuguesa de Sociologia e ao qual aderiram diversas outras associações científicas, entre as quais a SPCE na qualidade de coorganizadora, visando “a promoção de um debate público e transdisciplinar sobre o que tem vindo a ser a política de investigação e desenvolvimento em Portugal”. Na mesa de abertura, em que participaram diversos representantes de organizações científicas, fez também uma intervenção o presidente da SPCE. Na sessão *Ciência e Sociedade, um debate pela relevância*, o prof. Licínio C. Lima participou de forma particularmente expressiva como um dos oradores convidados, em representação da SPCE. Intervieram também nesta sessão temática António Costa Pinto (Instituto de Ciências Sociais, UL), António Firmino da Costa (ISCTE-IUL), Cláudio Sunkel (Instituto de Biologia Molecular e Celular, UP) e Bruno Soares Gonçalves (Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear, UL). Com a coordenação de João Teixeira Lopes (APS), as conclusões deste encontro foram divulgadas pela imprensa e entregues na Assembleia da República e na FCT. Também foram enviadas oportunamente a todos os associados da SPCE.

FICHA TÉCNICA

A Newsletter-SPCE é uma publicação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Os textos assinados indicam a responsabilidade dos/as autores/as pelo seu conteúdo e não significam necessariamente que sejam convergentes com as orientações da Direção.

Comissão de Redação:
Almerindo J. Afonso, Ana Maria Seixas e Maria João de Carvalho
Apoio Técnico: Rosa Branca Pinto e Emídio Correia

Publicação semestral
ISSN 2182-9195

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação
Rua João de Deus, n.º 38
4100-456 Porto
Telefone e Fax: (+351) 226 009 525
Email: spce.geral@gmail.com / newsletter.spce@gmail.com
Website: <http://spce.org.pt/>
Facebook:
<http://www.facebook.com/SPCE1990>